Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO CARLOS DE LIMA SILVA
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: ed0530-ca03-4ec8-9c-14dd1f5371

MAPA DEMONSTRATIVO DAS LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS RELATIVOS A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA EM IMPORTÂNCIA NACIONAL

NORMA	DATA	ASSUNTO
DECRETO Nº 002		Declara de situação anormal caracterizada como "ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA", no âmbito do município de Barra de Guabiraba-PE, em virtude a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de coronavírus.
DECRETO Nº 008	08/03/2021	Dispõe sobre a revisão e consolidação das medidas temporárias de enfrentamento da Covid-19.
DECRETO Nº 011	01/04/2021	Regulamenta o Decreto Estadual n.º 50.485, de 15 de março de 2021, altera o Decreto Municipal n.º 008/2021 que institui medidas de caráter temporário para mitigação dos riscos de contágio pelo novo Coronavírus, no âmbito do Município de Barra de Guabiraba e da outras providências.
DECRETO Nº 015	25/05/2021	Estabelece novas medidas restritivas em relação às atividades sociais e econômicas no período de 26 de maio e 6 de junho de 2021, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.
DECRETO Nº 022	28/06/2022	Mantém a declaração de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Município de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
DECRETO Nº 023	12/07/2021	Dispõe sobre o retorno gradual das atividades sociais e econômicas, que sofreram restrição em face da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.
DECRETO Nº 032	30/08/2021	Decreta em caráter excepcional ponto facultativo o dia 6 de setembro e dá outras providências.
DECRETO Nº 034		Declara situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no Município de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco, em virtude do Desastre de Doenças Infecciosas Virais (COBRADE 1.5.1.1.0) e de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme previsto na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
LEI Nº 342	15/03/2021	Ratifica protocolo de intenções firmado entre municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus; medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde.
LEI COMPLEMENTAR Nº 346	12/05/2021	Estabelece prioridade na vacinação contra a COVID-19 (novo coronavírus) aos servidores públicos, trabalhadores da educação, exclusivamente professores.